

À Comissão de Assuntos Constitucionais,
Direitos, Liberdades e Garantias
Assembleia da República
Lisboa

Cascais, 12 de fevereiro de 2018

Exmos. Senhores Deputados,

As Conferências do Estoril, que decorreram em maio de 2017, tiveram como tema principal as migrações, nos diversos desdobramentos deste fenómeno.

Uma das oradoras presentes, Fareeda Khalaf, pertencente à minoria Yazidi, deu um testemunho emotivo do genocídio perpetrado contra os Yazidi e dos riscos que esta minoria tem enfrentado.

No âmbito do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas Conferências do Estoril, a YAZDA, organização internacional que representa a comunidade Yazidi, escolheu as Conferências como seu representante em Portugal para apoio na prossecução do objetivo do reconhecimento do genocídio perpetrado contra esta minoria.

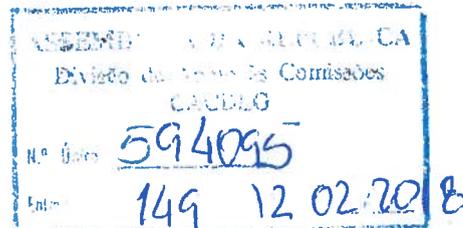
Recordo que o Parlamento Europeu, bem como diversos países em todo o mundo, reconheceram e condenaram este massacre que persiste como uma das dramáticas consequências da ação do autoproclamado Estado Islâmico.

Neste sentido, gostaríamos de solicitar uma audiência com V. Exas., na sequência dos encontros tidos também com os grupos parlamentares, adiantando que seria possível a presença de Fareeda Khalaf na Assembleia da República, no caso de esta se realizar na semana de 9 a 13 de abril de 2018.

Enviamos em anexo uma breve exposição e ficamos disponíveis para qualquer informação.

Melhores cumprimentos,

Teresa Violante
Chair | Estoril Conferences



Reconhecimento do genocídio contra o povo Yazidi

Os *Yazidi* são uma minoria do Médio Oriente, perseguida há centenas de anos pela sua religião, que remonta ao século XI e que mistura elementos e práticas do Cristianismo, do Islamismo e do Zoroastrismo. Atualmente, serão cerca de 700 000 em todo o mundo.

A grande maioria dos *Yazidi* vive no norte do Iraque, perto de Mosul. Mas existem outras comunidades significativas na Síria, na Geórgia e na Arménia e ainda vários milhares de *Yazidis* refugiados a viver na Europa e em todo o mundo.

Os *Yazidi* foram alvo de 72 massacres no passado recente, estando muitos outros documentados entre os séculos XVIII e XIX, comprovando assim a perseguição histórica a este povo minoritário. Em 2007, um único ataque à bomba numa aldeia iraniana, levado a cabo por um grupo ligado à *Al-Qaeda*, matou cerca de 800 *Yazidi*.

Atualmente, é o autoproclamado Estado Islâmico (EI) que persegue os *Yazidi* e, em 2014, foram cometidos contra esta comunidade crimes de genocídio, de guerra e crimes contra a humanidade, através da morte, prisão, tortura, escravidão e abuso de milhares de pessoas.

No dia 3 de agosto de 2014, o EI cercou a comunidade *Yazidi* no Monte Sinjar, sem permitir o acesso a cuidados médicos ou humanitários, matando ou raptando cerca de 12 000 *Yazidis* nos dias que se seguiram.

Da crescente desumanização e esquecimento a que o povo *Yazidi* foi e está a ser submetido, nasceu a YAZDA – A Global Yazidi Organization, à qual as Conferências do Estoril se associaram, através de um memorando de entendimento, tornando-se a única representação oficial desta organização em Portugal.

A Yazda, que integra o projeto Nadia Murad, visa a defesa e o apoio à comunidade minoritária *Yazidi*, tendo como objetivo principal o reconhecimento do genocídio de que foram alvo e a responsabilização dos seus perpetradores.

Uma Comissão criada no âmbito das Nações Unidas, a ‘UN Commission of Inquiry on Syria’, estabelecida em agosto de 2011 pelo Conselho dos Direitos Humanos, e que está a conduzir a investigação a este caso, elaborou, em 2016, o relatório “They Came to Destroy”, onde se sublinha a existência de provas suficientes de genocídio e se apela ao Conselho de Segurança para enviar o caso a título de urgência para o Tribunal Penal Internacional ou para que seja criado um tribunal ad hoc com jurisdição geográfica e temporal.

Seria de extrema importância a associação das instituições políticas portuguesas a esta causa, reconhecendo formalmente o genocídio levado a cabo pelo autoproclamado Estado Islâmico, juntando-se ao Parlamento Europeu, ao Conselho da Europa, aos Parlamentos britânico e escocês, à Assembleia Nacional francesa, ao Parlamento canadiano, entre outros.

Cascais, dezembro de 2017